

Sem previsão de reajuste no Orçamento, tabela do IR acumula defasagem de 88%

Por Fábio Pupo | De Brasília

O Orçamento de 2018 deixou de incluir um reajuste na tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), aumentando a defasagem dos números em relação à inflação. De acordo com estudo do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional), a diferença entre os dados vigentes e aqueles que vigorariam com atualização monetária já chega a 88,4%.

A defasagem é calculada sobre o período acumulado de 1996 (quando a tabela foi convertida para reais) até hoje e representa a média

dos percentuais registrados nas cinco faixas de renda da tabela. O sindicato afirma que a correção pela inflação livraria o trabalhador que ganha até R\$ 3.556,56 de reter imposto na fonte. Hoje, o benefício é restrito a quem recebe até R\$ 1.903,98.

Ainda de acordo com o estudo, todas as demais faixas obrigam o contribuinte a pagar mais IR do que deveria. O problema também está presente nos descontos. O abatimento por dependente, por exemplo, de R\$ 189,59 ao mês (R\$ 2.275,08 ao ano), deveria ser de R\$ 357,19 ao mês (R\$ 4.286,28 ao ano). Com a educação, o desconto corrigido chegaria a R\$ 6.709,90. Pela tabela de 2017, o teto foi de

R\$ 3.561,50.

O Sindifisco defende a atualização pelo índice integral da inflação. "A correção busca um estado de maior justiça fiscal, evitando o aumento da regressividade de nossa tributação", afirma a entidade.

A Receita confirma que não deve haver reajuste da tabela neste ano porque "não havia uma medida legal para a correção dos números" na época da criação do projeto orçamentário. "No Orçamento aprovado pelo Congresso, não está prevista a correção da tabela", resumiu o Fisco.

Sem correção

Governo deixará de atualizar tabela do IR pelo terceiro ano seguido

Alíquota	Faixa salarial hoje	Defasagem (%)*	Faixa salarial caso fosse corrigida
Isenção	Até R\$ 1.903,98	86,80	Até R\$ 3.556,56
Faixa de 7,5%	De R\$ 1.903,99 a R\$ 2.826,66	86,80	De R\$ 3.556,57 a R\$ 5.280,09
Faixa de 15%	De R\$ 2.826,67 a R\$ 3.751,05	88,57	De R\$ 5.280,10 a R\$ 7.073,23
Faixa de 22,5%	De R\$ 3.751,06 a R\$ 4.664,68	89,46	De R\$ 7.073,24 a R\$ 8.837,92
Faixa de 27,5%	Acima de R\$ 4.664,68	90,37	Acima de R\$ 8.837,92

Fonte: Sindifisco Nacional. *Considera o período de 1996 (quando a tabela foi convertida de UFIRs para Reais) até hoje.

BNDES muda regras e prevê desembolso de R\$ 100 bilhões

Banco financiará até 100% de máquinas a micro e pequenas empresas

Ramona Ordonez

O BNDES espera desembolsar este ano um montante próximo de R\$ 100 bilhões. Caso a projeção se confirme, representará um aumento significativo em relação ao volume emprestado no ano passado, de R\$ 70,7 bilhões. O banco anunciou ontem uma série de mudanças em suas políticas operacionais. Uma das principais medidas prevê a prorrogação da linha de capital de giro até o fim de 2018. Depois de emprestar R\$ 7 bilhões no ano passado, a linha terá dotação orçamentária de R\$ 32 bilhões este ano. Este crédito é particularmente relevante porque é destinado principalmente a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Do total previsto para 2018, R\$ 27 bilhões são referentes a operações indiretas, que contam com a intermediação de outras instituições, e R\$ 5 bilhões, a operações diretas.

FIM DA RESTRIÇÃO A DIVIDENDOS

De acordo com o diretor de Planejamento do banco, Carlos Dias Costa, a inclusão da Taxa de Longo

Prazo (TLP), atualmente em 6,76% ao ano, como referencial para os financiamentos, no lugar da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), obrigou o banco a mudar suas políticas operacionais. O diretor destacou também que algumas das prioridades do banco serão infraestrutura, transportes e exportações.

— Com a mudança de cenário, a gente tem que ser mais simples, mais ágil e flexibilizar algumas restrições que perdem o sentido neste novo contexto. Por isso, criamos essa Política Operacional de Transição — explicou o diretor.

A partir de agora, o BNDES pode financiar, por meio da linha BNDES Finame, até 100% do valor de máquinas e equipamentos adquiridos por micro, pequenas e médias empresas. Para os demais produtos, a participação do banco no financiamento a MPMEs pode chegar a até 80%.

Entre as mudanças, está a decisão de acabar com o limite de 25% de distribuição de dividendos a acionistas, como critério para concessão de financiamentos.

De acordo com a regra anterior, para conseguir um empréstimo no

banco, a empresa ficava impedida de distribuir mais do que 25% de seus lucros em dividendos e o valor do empréstimo não podia representar mais do que 5% do ativo total da companhia. Isso era necessário para evitar que uma empresa de grande porte tomasse empréstimos junto ao banco a juros bem abaixo do mercado e fizesse distribuição de lucros com dividendos.

A partir de agora, praticamente não há mais essas restrições, a não ser para linhas de capital de giro direto, cuja restrição continua em até 5% em relação ao ativo total da companhia.

Carlos Dias Costa confirmou também que o banco pretende devolver R\$ 130 bilhões este ano ao Tesouro Nacional:— Nós somos parte do governo, e estamos trabalhando para melhorar o nosso país. E, para isso, precisamos de um equilíbrio sustentável das contas públicas. Quero reiterar a posição da diretoria e do Conselho de Administração. Nós estamos trabalhando para chegar à devolução dos R\$ 130 bilhões.

Segundo o diretor, o banco ainda vai fixar um cronograma para essa devolução, que não será feita de uma só vez.

BNDES avisa não ter dinheiro para atender todos os pedidos da União

Além do Tesouro, FAT e também PIS/Pasep dependem de repasses da instituição neste ano

Para especialistas em contas públicas, governo precisa ser mais enérgico no controle de gastos

FLAVIA LIMA - DE SÃO PAULO e LUCAS VETTORAZZO - DO RIO

O BNDES tem R\$ 130 bilhões para devolver ao governo neste ano. Se tiver que devolver mais do que isso, a capacidade do banco em emprestar ficaria comprometida. A afirmação é do diretor da área Financeira e Internacional da instituição, Carlos Thadeu de Freitas. A questão é que diferentes entes dentro da União miram os recursos do BNDES.

O Tesouro quer a devolução integral de R\$ 130 bilhões para neste ano cumprir a chamada "regra de ouro" — que impede a União de captar recursos no mercado em volume superior a investimento,

evitando que o governo se endivide para cobrir gastos com salários.

Deficitário, o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) quer a devolução de outros R\$ 20 bilhões para arcar com o seguro-desemprego e o abono salarial. O PIS/Pasep, que também tem como objetivo financiar o seguro-desemprego e o abono, pode demandar mais R\$ 36 bilhões

Em conversa com a Folha, Freitas diz que o banco tem condições de devolver os R\$ 130 bilhões ao Tesouro no segundo semestre do ano, mas alerta que isso só será feito sob duas condições: que os desembolsos do banco não passem de R\$ 90 bilhões e que não exista a necessidade de devolver recursos ao FAT. "Se os empréstimos superarem algo entre R\$ 85 e R\$ 90 bilhões ou se houver problemas no FAT ou no PIS/Pasep, o BNDES pode devolver menos", diz Carlos Thadeu.

Falar em desembolsos de R\$ 90

bilhões para o BNDES parece muito, dada a forte desaceleração dos empréstimos dos últimos anos, mas não é. Em 2017, o BNDES emprestou cerca de R\$ 71 bilhões, segundo dados adiantados pelo banco à Folha — uma queda de 19% sobre 2016. A média de empréstimos dos últimos dez anos do banco, no entanto, fica ao redor de R\$ 136 bilhões.

Ainda que o banco, redesenhado, não volte mais a emprestar nesse ritmo, a expectativa de economistas é de expansão de 3% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2018, o que pode elevar os pedidos de financiamento e deixar o banco sem fôlego para devolver o dinheiro ao Tesouro. Na percepção de quem acompanha as contas públicas, os sinais do BNDES são preocupantes, principalmente quando colocados em um contexto maior.

Há imbróglio também, por exemplo, na Caixa. O banco foi autorizado a liberar recursos para Estados e municípios ao mesmo





tempo em que pede R\$ 15 bilhões ao FGTS, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para continuar emprestando. A situação é resumida por Felipe Salto, diretor do IFI (Instituição Fiscal Independente): "A situação fiscal é das piores já vividas pelo país", diz.

Segundo ele, o controle do gasto corrente, uma urgência, continua sendo "prioridade zero", em particular o gasto com pessoal. "O grau de rigidez elevado do orçamento dificulta a tarefa, mas passou da hora de colocar o dedo na ferida", diz Salto.

No caso específico do BNDES, um executivo do banco que pediu anonimato conta que, nos corredores do banco, a avaliação é que o governo federal está jogando uma espécie de "bomba de fumaça" para desviar o foco da discussão sobre a

gravidade do rombo fiscal. O objetivo seria enviar um sinal de que a culpa da crise fiscal seria também do BNDES, que estaria se recusando a pagar o que deve.

José Roberto Afonso, professor do IDP e pesquisador do Ibre/FGV, acredita que o BNDES continua sendo usado como um instrumento de política fiscal, como foi feito no governo anterior.

"Naquele momento foi para expandir o crédito, agora serve para escamotear o cumprimento das regras fiscais", diz. Hoje 82,5% dos recursos que o BNDES possui para emprestar vem de aportes do Tesouro e do FAT. Só do fundo, o percentual é de 31,3%. Pela Constituição, até 40% dos recursos do FAT podem ser destinados ao BNDES, desde que o fundo esteja no azul.

Procuradoria vai bloquear bens sem aval judicial

JULIO WIZIACK
DE BRASÍLIA

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que cobra contribuintes inscritos na Dívida Ativa da União, poderá bloquear bens de devedores sem autorização judicial dentro de três meses.

A procuradoria também prepara um projeto de lei para impedir devedores de fazer negócios com a União. Hoje, eles têm seu nome inscrito no Cadin (cadastro de devedores da administração federal) 75 dias após a notificação, mas não há uma proibição explícita para que fechem novos contratos.

O texto será enviado à Fa-

zenda e pretende reduzir o prazo de inscrição no Cadin para cinco dias.

Essas medidas fazem parte de um pacote para melhorar o poder de cobrança de dívidas tributárias e previdenciárias, especialmente depois que a União decidiu perdoar R\$ 50 bilhões em dívidas com o Refis e o Funrural.

Também são uma resposta ao TCU, recomendou que a Fazenda aprimorasse os métodos de cobrança de dívidas inscritas para ampliar a recuperação de créditos da União. Em média, os procuradores recuperam por ano cerca de 1% da dívida que, em 2016, era de R\$ 1,8 trilhão.

Boa parte do índice, considerado pelo TCU abaixo do esperado, se deve à morosidade do Judiciário. Um processo de execução fiscal pode levar até nove anos.

› BENEFÍCIO**SEGURO-
DESEMPREGO É
REAJUSTADO**

Os trabalhadores demitidos há até cinco meses e que ganhavam mais de um salário mínimo passaram a receber mais dinheiro do seguro-desemprego. O valor do benefício superior ao mínimo foi reajustado em 2,07%, equivalente à variação do INPC de 2017. O teto mensal subirá de R\$ 1.643,72 para R\$ 1.677,74, diferença de R\$ 34,02. O piso do seguro-desemprego equivale a um salário mínimo, que passou de R\$ 937 para R\$ 954 no dia 1º, alta de 1,81%. Para quem recebia mais que o mínimo, o valor é calculado com base em três faixas salariais.

ANÁLISE

Banco virou instrumento para tapar buraco do governo

JOSÉ ROBERTO AFONSO - ESPECIAL PARA A FOLHA

O BNDES é uma empresa pública, 100% pertencente ao Tesouro. É uma instituição diferente, não só de um banco privado como de muitas estatais, como Petrobras, pois não tem acionistas minoritários. Por isso, o BNDES sempre fez, faz e fará o que o seu dono mandar — ou seja, o que o governo mandar.

Por isso, na história, o banco participou da montagem de empresas estatais de siderurgia e mineração, e depois, da privatização delas. Já expandiu o crédito e também já o contraiu. Na crise de 2008/2009, participou da operação de salvamento do sistema bancário e das maiores empresas do país, tarefa que caberia ao governo e ao banco central —ao menos foi assim na maioria dos países ricos.

O diferencial sempre foi este:

recebida a missão, fazia da melhor forma possível.

Hoje está sendo usado como instrumento de política fiscal, exatamente como ocorria no governo anterior. A diferença é que com o PT ele foi instrumento para expandir o crédito; agora serve para escamotear o cumprimento de regras fiscais, em particular a regra de ouro — como admite publicamente as autoridades.

E, se a determinação do governo for essa —que o BNDES segure recursos e transfira caixa para o Tesouro, no lugar de financiar infraestrutura, exportações, indústria—, ele o fará.

Na época de Amo Augustin no Tesouro, todos o acusaram (corretamente) de conceder empréstimos ao BNDES, com títulos, por fora do Orçamento, sem constar na despesa. Agora, o que ocorre é o inverso: a devolução do

BNDES está sendo registrado como receita, de capital, no Orçamento.

O que saiu por fora volta por dentro.

Nem é preciso estudar economia para saber que não faz sentido. Ao voltar como receita orçamentária e ser alocado para amortizar dívida, indiretamente isso permite atender a regra de ouro —cria um espaço para o Tesouro se endividar no mesmo montante que ele recebeu de retorno do BNDES.

Há, porém, uma diferença radical: Amo pode dizer que fez dívida para incentivar a economia. Agora, porém, é para tapar buraco corrente do governo.

JOSÉ ROBERTO AFONSO é professor do IDP e pesquisador do Ibre/FGV.

O inchaço das estatais começa a ser enfrentado

Entre dezembro de 2015 e setembro de 2017, as estatais federais cortaram 43,3 mil vagas, reduzindo seus quadros de pessoal para 507 mil pessoas (-7,9%), segundo o Boletim das Empresas Estatais Federais do Ministério do Planejamento. É difícil afirmar se o número atual de funcionários já atingiu níveis adequados, mas a decisão de enxugar companhias que, em sua maior parte, foram transformadas em cabides de emprego entre 2006 e 2015, em gestões lulopetistas, deve ser vista como passo importante para que elas melhorem seus resultados e ajudem a aliviar as contas fiscais. Os maiores cortes ocorreram na Petrobrás (23% dos quadros), que chegou a ter 60,7 mil funcionários em 2013, sem contar os terceirizados, número reduzido para 46,5 mil no terceiro trimestre de 2017. Nos Correios, a redução foi de 13,6% e o número de empregados caiu para 108,3 mil. Também foi expressiva a supressão de postos na Caixa Econômica Federal (CEF) e, em menor escala, no Banco do Brasil. A economia anual está estimada em R\$ 4,9 bilhões, mostrou reportagem publicada pelo Estado. Tão importante quanto a adequação dos quadros às necessidades efetivas das companhias será a decisão política de transformar as estatais em empresas

“normais”, como as companhias controladas por acionistas privados, que não têm nem precisam de acesso a recursos do Tesouro para se manter vivas.

As empresas estatais “estavam infladas”, notou a economista Zeina Latif. Buscar eficiência é natural durante uma crise, acrescentou. Outro economista, Alvaro Bandeira, observou que mudanças no marco regulatório, como na área de petróleo, favoreceram o enxugamento da Petrobrás. Em geral, a política de cortes nas estatais assemelhou-se à praticada pelo setor privado, incluindo demissões incentivadas e, portanto, voluntárias, o que evita ruídos políticos. A necessidade de enxugar o pessoal é atribuída, em parte, ao endividamento das estatais. O maior esforço para reduzir dívidas foi da Petrobrás, que responde por 88% das dívidas das estatais (R\$ 357 bilhões) e terá de cortá-las ainda mais. Segue-se a Eletrobrás entre as mais endividadas. Mas os resultados das estatais já melhoraram quando se comparam os primeiros três trimestres de 2016 e 2017. Cortar pessoal é apenas uma entre as muitas políticas necessárias para ganhar eficiência.